



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 675702 - PE (2021/0195084-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DANILO MARCIO NEVES
ADVOGADO : DANILO MÁRCIO NEVES - PE026167
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : MARLISON LUIZ PESSOA DE MELO (PRESO)
CORRÉU : RENATO AMARO MEDEIROS DA SILVA
CORRÉU : DANILO DA SILVA AYRES
CORRÉU : DANIEL DA SILVA AYRES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARLISON LUIZ PESSOA DE MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0002430-08.2021.8.17.9000).

O paciente foi preso preventivamente, em 3/5/2018, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, praticado, em tese, em 4/11/2016. A instrução criminal encerrou-se no dia 10/2/2020.

Impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que o réu estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que, encerrada a instrução em 10/2/2020, até a presente data não teria sido proferida a sentença de pronúncia.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão processual, ainda que com a imposição de medidas cautelares mais brandas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo ao Juízo de primeira instância, sobretudo acerca da situação prisional do paciente e do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente